



ADOLESCÊNCIA: IDENTIDADE E SOFRIMENTO NA CLÍNICA SOCIAL

ISBN 978-85-86736

LEILA SALOMÃO DE LA PLATA CURY TARDIVO
TÂNIA MARIA JOSÉ AIELLO VAISBERG
(Organizadoras)

apoio



**LEILA SALOMÃO DE LA PLATA CURY TARDIVO E
TÂNIA MARIA JOSÉ AIELLO VAISBERG**

**ANAIS DA XI JORNADA APOIAR-
ADOLESCÊNCIA: IDENTIDADE E
SOFRIMENTO NA CLÍNICA SOCIAL**

REALIZAÇÃO

PRÓ REITORIA DE CULTURA E EXTENSÃO

UNIVERSITÁRIA DA USP

INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA USP

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA

**LABORATÓRIO DE SAÚDE MENTAL E PSICOLOGIA
CLÍNICA SOCIAL**

APOIO:

FAPESP

VETOR EDITORA PSICOPEDAGÓGICA

Catálogo na publicação

Biblioteca Dante Moreira Leite

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Jornada APOIAR (11.: 2013: São Paulo)

Anais da XI JORNADA APOIAR: ADOLESCÊNCIA: IDENTIDADE E SOFRIMENTO NA CLÍNICA SOCIAL realizada em 22 de novembro de 2013 em São Paulo, SP, Brasil / organizado por Leila Salomão de La Plata Cury Tardivo. Tania Maria José Aiello Vaisberg - São Paulo : IP/USP, 2013.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-86736-56-8

1. Psicologia clínica 2. Identidade 3. Adolescência 4. Clínica I.

Título.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-86736-56-8



RC467

ADOÇÃO E HOMOPARENTALIDADE: CONSIDERAÇÕES

PRELIMINARES

Marcela Casacio Ferreira-Teixeira

RESUMO

Nesse trabalho, refletimos sobre a adoção e a homoparentalidade, temas relevantes que se fazem presentes na atualidade e exigem discussões da sociedade e dos profissionais que trabalham com famílias. A adoção consiste em um fenômeno importante, tanto pela situação da criança entregue para adoção quanto pela preocupação com as dinâmicas intersubjetivas do funcionamento familiar. Quanto à família adotiva, refletimos sobre suas novas configurações, nas quais se insere a família homoparental. Mergulhados em preconceito e exclusão social, os temas abordados nos remetem ao problema das heranças do imaginário social sobre a criança adotiva e sobre o homossexual, que provavelmente geram repercussões na vida daqueles que pretendem realizar o sonho da família homoparental.

Pretendemos tecer considerações iniciais sobre a adoção e a homoparentalidade, temas relevantes que se fazem presentes na atualidade, exigindo reflexões da sociedade e, em particular, dos profissionais que trabalhem nessas áreas, como o psicólogo. Vários são os estudos, nacionais e internacionais, sobre homoparentalidade, revelando um movimento científico significativo que vem se realizando em muitos países do mundo (FONSECA, 2008; MARTINEZ E BARBIERI, 2011; LAVNER, WATERMAN E PEPLAU, 2012; FOND, FRANC E PURPER-OUAKIL, 2012; JURADO, 2013; GATO E FONTAINE, 2013; PEREIRA E COL., 2013; PERRIN E SIEGEL, 2013).

Adoção e homoparentalidade se inserem no complexo enredamento de exclusão insidiosa, expressão elaborada, em nossa pesquisa anterior, para intitular o encontro com imaginário coletivo de professores sobre a criança adotiva (FERREIRA, 2006; PONTES E COL, 2008). Entende-se que o processo de adoção de uma criança provoca, em geral,

uma ruptura da continuidade da história da criança que é adotada, por diversas motivações, dentre elas, a necessidade da família adotiva iniciar uma nova história com sua criança, excluindo radicalmente a história anterior à adoção. Nesse sentido, a exclusão social desse grupo de crianças inicia-se na própria família, insidiosamente.

O caminho se faz por várias vias, por exemplo, pelo esquecimento das informações recebidas sobre a família biológica, pelo descarte de qualquer registro ou experiência que o bebê/ criança tenha vivido antes de estar com a família que o adotou, pela mentira ou omissão sobre a origem da criança, pelos medos ou incômodos em relação à família biológica, por escolhas de bebês de raça semelhante ao da família adotante tentando facilitar a inclusão no grupo familiar ou, mesmo, pelo registro de um novo nome para a criança que já fora outrora registrada.

Esses modos disruptivos de construção da trama familiar não estão somente presos à história da criança adotiva, mas também à história da própria família adotiva anterior à adoção. Nesse sentido, as motivações da adoção atreladas, por exemplo, à infertilidade do casal ou a conflitos conjugais, culminando no processo adotivo como forma de solução de problemas, são condições que, se pouco elaboradas pelo próprio casal, nutrem angústias no grupo familiar e, portanto, criam enredamentos afetivos engessados, abalando inevitavelmente a dinâmica familiar.

O processo de exclusão dos adotivos nem sempre é consciente para os familiares. Provavelmente, toda condição cultural compartilhada sobre a adoção - como um fenômeno complexo, envolvendo abandono, exclusão social, pobreza e doença mental (Ferreira, 2006) - obscurece a possibilidade do grupo familiar incluir, no campo da intersubjetividade, o bebê que se adotou, verdadeiramente, na história familiar que se tem. Um bebê, por sua vez, que carrega uma história, tem provedores e por vezes um nome. Esses aspectos nem sempre são integrados e elaborados nas relações da família adotiva e as consequências disso abalam a forma de existir do adotivo, sua constituição de *self* (WINNICOTT, 1960), o que permitiria à pessoa estar no mundo de forma a se sentir viva, real e com potencial criativo (WINNICOTT, 1971).

Atualmente, a disseminação da ideia sobre a importância da revelação da verdadeira história para o adotivo vem se tornando cada vez mais compulsória, deixando de surgir como fruto de um processo de elaboração e amadurecimento dos pais. Decorre

que essa revelação “por decreto” carrega os conflitos pessoais e conjugais, os segredos ou tramas familiares, que são exatamente os pontos nodais de rupturas na transmissão cultural e filial. Excluir traços da história da criança adotiva ou excluir o que há de sua história, é tirar da criança a possibilidade de inseri-la nas relações intersubjetivas da família adotante.

Além disso, parece-nos fundamental lembrar que a posição ocupada pelo Brasil, no mundo capitalista globalizado, como ex-colônia europeia, incide diretamente na realidade social que circunda as práticas de adoção, já que vinculadas à existência de enormes desigualdades sociais e econômicas. Parece imperar, na sociedade civil, uma lógica de acordo com a qual o deslocamento de crianças e adolescentes, provenientes das classes subalternas, para a convivência com famílias de classe média, corresponderia a uma solução de um problema: o da incapacidade dos mais pobres de garantir a sobrevivência e o futuro de seus filhos. Nesse sentido, famílias incapacitadas de obter os meios necessários ao desenvolvimento físico, intelectual e subjetivo das crianças e adolescentes, são facilmente culpabilizados mas também punidos (FORD, ALVES e GAVA, 2012).

Nessa linha de raciocínio, cabe pensar que a banalização da adoção dos filhos dos mais pobres acaba interessando o estado burguês neoliberal, que, por esta via, exime-se da responsabilidade relativa aos meios de sobrevivência dos cidadãos. Não causa estranheza, deste modo, a constatação da vigência de um discurso politicamente conservador, de acordo com o qual as famílias das classes subalternas são acusadas de abusar, negligenciar e maltratar os filhos. Esta situação tem preocupado pesquisadores que aí percebem um movimento que, a nosso ver, poderia ser designado como perversão social.

Como se vê, as práticas de adoção, em nosso país, colocam-se como questão dotada de alta complexidade. A partir deste pano de fundo, cada enredo, de cada processo de adoção, será vivenciado por pessoas reais, concretas, com mais ou menos maturidade para lidar com a parentalidade, junto a crianças que vivem situações penosas que as colocaram disponíveis para adoção.

NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES

Com as mudanças sociais desses últimos séculos, com a revolução tecnológica e com a aceleração do mundo no caminho do crescimento, as relações familiares vem sendo reorganizadas ou reconfiguradas. Se nos séculos XVI ou XVII as mães burguesas precisavam deixar seus filhos com as amas-de-leite até os seis anos de idade, enquanto as mães trabalhadoras exerciam suas funções com suas crianças por perto, no século XXI as mães/mulheres encontraram um lugar na sociedade de dedicação e comprometimento no trabalho tal qual o dos homens, aqueles que vem exercendo há séculos o papel de provedores e chefes de família. Essa paridade dos papéis sociais do casal exigiu uma revisão das funções dos membros da família promovendo repercussões no grupo familiar (FERREIRA e AIELLO-VAISBERG, 2006).

É nesse cenário que homossexuais firmaram lutas em busca de direitos e legitimação de relacionamentos e de constituição familiar. Personagens de uma das mais severas histórias de preconceito da humanidade, os homossexuais em si geram polêmica. Pensar, pois, na constituição da família homoparental implica lidar com as questões envolvendo a homossexualidade e, ainda, as tradições da heterossexualidade na constituição familiar.

Uma pesquisa recente, defendida como mestrado por Jurado (2013), sobre o imaginário coletivo de estudantes de psicologia, do interior de São Paulo, acerca da homoparentalidade, revelou achados interessantes. Usando procedimentos investigativos inovadores (GRANATO e AIELLO-VAISBERG, 2013), que favorecem a expressão subjetiva dos participantes, este trabalho revelou uma relativa abertura em relação à legitimidade da aspiração dos casais homossexuais, sem deixar, contudo, de lembrar das dificuldades que enfrentariam em função desta orientação. Expressaram, deste modo, uma ambivalência que, a nosso ver, caracteriza bem grupos urbanos, com acesso à instrução, que se dividem entre posicionamentos éticos de respeito à diversidade e antigos e arraigados preconceitos. Este quadro se atenua, entretanto, pela ideia de que ajuda psicológica poderia ser eficaz na resolução dos problemas apontados.

A mesma problemática foi focalizada em uma pesquisa realizada a partir da perspectiva da teoria das representações sociais. Focalizando universitários das áreas da psicologia e do direito, Araujo e col (2007) encontraram tanto uma visão positiva da

iniciativa do casal homossexual, que, ao adotar, estaria beneficiando e incluindo socialmente uma criança abrigada, como a expressão de receios de que a criança pudesse vir a ser prejudicada pela homossexualidade parental em termos sociais, morais e orgânicos.

Do ponto de vista tradicional e conservador, a ideia de dois homens ou duas mulheres selarem um casamento ou, de forma mais ampla, construírem uma família, nos moldes da antiga e ainda vigente família ocidental nuclear, é assustadora. Essa possibilidade afeta uma das construções imaginárias mais fundamentais: família se constitui de mãe-mulher, pai-homem e filho.

A ideia de distorcer o modo de formação familiar tradicional exige da humanidade, pois, flexibilidade, reorganização e, acima de tudo, aceitação. Há indícios de que a sociedade brasileira reage, diante da possibilidade de adoção de crianças por casais homossexuais, de modo ambivalente. De um lado constatamos uma tendência a considerar que um país como o Brasil não pode se dar ao luxo de recusar entregar um bebê a uma família *gay*, dada a severidade e extensão do problema das crianças disponíveis para adoção. Por outro lado, notamos um certo mal-estar vinculado ao fato de ser difícil uma aceitação espontânea e confortável de uma condição tão nova e desconhecida.

Os preconceitos construídos em relação a família homoparental estão baseados não apenas nesses desconhecimentos e medos, mas também em uma noção, muito cultivada na sociedade pela religião, pelas ciências médicas e jurídicas, segundo a qual a homossexualidade estaria intrinsecamente relacionada ao pecado, à doença mental e ao crime. Segundo tal perspectiva, a família homoparental estaria se formando de maneira pervertida, doentia e, portanto, criando crianças doentes.

A PSICOLOGIA, A PSICANÁLISE E A HOMOPARENTALIDADE

Cabe aqui indagar acerca dos modos pelos quais a psicologia psicanalítica vem lidando com este novo fenômeno. No contexto de desenvolvimentos recentes, encontramos posicionamentos engajados com o combate ao preconceito e exclusão de

homossexuais, que, por esta via, mostram-se favoráveis a auxiliar indivíduos e grupos a incorporar suas conquistas na cena social com prudência. Por outro lado, provavelmente não são poucos os psicanalistas que acreditam que a família homoparental provocaria uma “dessimbolização nociva do triângulo edípico”.

Persistem, como mostraram nossas pesquisas (FERREIRA, 2006; PONTES E COL, 2008), preconceitos disfarçados e sutis contra as criança adotiva, frutos de um desamparo infantil que gera angústia, levando à ruptura com a história original da criança. Analogamente, a homossexualidade – e, em maior grau, a família homoparental – também parecem provocar um forte impacto emocional, derivado de temores e angústias que emergem a partir de campos de sentido afetivo-emocional não conscientes.

No que tange às rupturas da história original do adotivo e suas repercussões, só encontramos pesquisas que, como as nossas, focalizaram famílias heterossexuais (FONSECA, 2011; 2012; BAPTISTA, 2013). Cabe, entretanto, indagar se este problema de exclusão radical e insidiosa se repetiria, no contexto da homoparentalidade ou se, ao contrário, o fato da evidente impossibilidade da geração biológica facilitaria a adoção de novas posturas, mais tolerantes em relação à circulação de conhecimento e manutenção de vínculos com a família biológica.

Afinal, parece importante levarmos em conta que as transformações do modelo parental tradicional, que estão dando origem a novos arranjos parentais, tendem a considerar que laços afetivos tem primazia, em relação à constituição genética e biológica, nos processos de constituição da personalidade da criança. Esta valorização dos vínculos pode gerar, a nosso ver, mudanças psicossociais e éticas bastante positivas, que incidirão, de modo ampliado, sobre as práticas de cuidado à infância. É nesta linha que concordamos com Rodriguez e Gomes (2012), quando enfatizam que os modelos contemporaneos abrem novos horizontes, permitindo que se problematize o que, até então, era considerado como natural.

Adoção e a homoparentalidade não podem ser consideradas simples, afinal, as repercussões das marcas da existência dos homossexuais, somada à complexidade da adoção de crianças, ainda são desconhecidas. Tais questões merecem investigações rigorosas, convocando pesquisadores que possam lidar com novas configurações desde posicionamentos solidários, éticos e suficientemente abertos, que não considerem,

ingenuamente, que o modelo da família nuclear, uma forma possível de cuidado às novas gerações, adotada por algumas culturas, mas não, certamente por todas, seja a melhor prática social a solucionar as necessidades infantis em ambientes humanos favoráveis ao seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, L.F. Adoção de crianças por casais homoafetivos: um estudo comparativo entre universitários de Direito e de Psicologia. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, ago. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000200013&lng=pt&nrm=iso>. Acess em 04 out. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000200013>.
- BAPTISTA, J.; SOARES, I.; HENRIQUES, M. Recuperação desenvolvimental após a adoção: características da criança e da família adotiva. *Psicol. Reflex. Crit. [online]*. 2013, vol.26, n.2, pp. 396-404. ISSN 0102-7972.
- GATO, J.; FONTAINE, A.M. [Anticipation of the sexual and gender development of children adopted by same-sex couples](#). *Int J Psychol.* 48(3):244-53. 2013, doi: 10.1080/00207594.2011.645484.
- GRANATO, T.M.M.; AIELLO-VAISBERG, T.M.J. Narrativas interativas sobre o cuidado materno e seus sentidos afetivo-emocionais. *Psicologia Clínica (PUCRJ. Impresso)*, v. 25, p. 17-35. 2013.
- FERREIRA, M.C. *Encontrando a criança adotiva: um passeio pelo imaginário coletivo de professores à luz da psicanálise*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia do Centro de Ciências da Vida, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2006.
- FERREIRA, M.C.; AIELLO-VAISBERG, T.M.J. O pai 'suficientemente bom': algumas considerações sobre o cuidado na psicanálise winnicottiana. *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 14 (2), jul-dez, 136-142p., 2006.

- FOND, G.; FRANC, N.; PURPER-OUAKIL, D. Homosexual parenthood and child development: present data. *Encephale*. Feb;38(1):10-5. doi: 10.1016/j.encep.2011.05.005, 2012.
- FONSECA, C. Homoparentalidade: novas luzes sobre o parentesco. *Rev. Estud. Fem.* [online]. vol.16, n.3, 2008.
- FONSECA, C. Direito às Origens: Segredo e Desigualdade no Controle de Informações Sobre a Identidade Pessoal. *Revista de Antropologia* (USP. Impresso), v. 53, p. 496-523, 2011.
- FONSECA, C. Mães "abandonantes": fragmentos de uma história silenciada. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 20, n. 1, Apr, 2012.
- FORD, J.V., GAVA, M.A., ALVES, A.A.F. O paradoxo da adoção de crianças e adolescentes na sociedade capitalista. *Libertas online. Revista da Faculdade de Serviço Social- Programa de Pós-Graduação em Serviço Social*, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, 2012.
- JURADO, T. *Produções imaginativas sobre a homoparentalidade por meio de narrativas interativas*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia do Centro de Ciências da Vida, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2013.
- LAVNER, J.A.; WATERMAN, J.; PEPLAU, L.A. [Can gay and lesbian parents promote healthy development in high-risk children adopted from foster care?](#) *Am J Orthopsychiatry*. Oct;82(4):465-72, 2012. doi: 10.1111/j.1939-0025.2012.01176.x
- MARTINEZ, A.L.M.; BARBIERI, V. A experiência da maternidade em uma família homoafetiva feminina. *Estud. psicol. (Campinas)* [online]. 2011, vol.28, n.2 [cited 2013-09-24], pp. 175-185.
- PERRIN, E.C; SIEGEL, B.S; Committee on Psychosocial Aspects of Child and Family Health of the American Academy of Pediatrics. Promoting the well-being of children whose parents are gay or lesbian. *Pediatrics*. Apr;131(4):e1374-83, 2013. doi: 10.1542/peds.2013-0377.
- PEREIRA, C.R.; TORRES, A.R.R.; FALCAO, L.; PEREIRA, A.S. O papel de representações sociais sobre a natureza da homossexualidade na oposição ao

casamento civil e à adoção por famílias homoafetivas. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 29, n. 1, Mar. 2013.

RODRIGUEZ, B.C.; GOMES. I.C. Novas formas de parentalidade: do modelo tradicional à homoparentalidade. *Bol. psicol* [online]. v.62, n.136. [citado 2013-09-25], pp. 29-36. Jun. 2012.

WINNICOTT, D.W. (1983). *Distorções do Ego em Termos de Verdadeiro e Falso Self. O Ambiente e os Processos de Maturação* (O. Constantino Trad.). Porto Alegre, Artes Médicas. (Original publicado em 1960).

WINNICOTT, D.W. (1971). O brincar: a atividade criativa e a busca de eu (self). Em WINNICOTT, D.W. *O Brincar e a realidade* (J. O. de A. Abreu & V. Nobre, Trads.) Rio de Janeiro: Imago. (Original Publicado em 1975).